

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica Class.: NO AMAZ. TERRA

Data: 04.08.85 Pg.: 400

446.8 Gabriel Gentil elogia atitude de Mestrinho

As comunidades de Pari-Cachoeira, Araucá, Iauretê e Içana receberam um grupo de trabalho de Brasília, constituído de funcionários da FUNAI — Fundação Nacional do Índio, oportunidade que reivindicaram 6 milhões de hectares de terra e um avião à disposição do 1º Distrito Regional do órgão: para que possa atender em casos de urgência as comunidades indígenas do Alto Rio Negro, além de outras comunidades de toda a Amazônia. Eles elogiaram, também, o pronunciamento do governador Gilberto Mestrinho, afirmando que não irá demarcar as terras indígenas.

Essas declarações foram feitas, ontem, pelo índio tukano Gabriel Gentil, vice-presidente da comunidade Pari-Cachoeira, afirmando que dezenas de silvícolas têm morrido na região, por falta de assistência médica, devido a distância que separa a localidade da capital.

Com a colocação de um avião à disposição da Delegacia Regional, a comunidade indígena não só do Alto Rio Negro mas como de toda a região poderia ser melhor assistida.

Depois Gabriel Gentil, afirmou que os indígenas tukanos gostaram da expressão do governador Gilberto Mestrinho, quando disse que não vai demarcar a terra indígena "pelo menos falou honestamente, não prometendo aquilo que não pode fazer".

Em seguida agradeceu o apoio recebido do major-brigadeiro do Ar, Sócrates da Costa Monteiro, comandante do 7º COMAR — Comando Aéreo Regional, por ter levado à comunidade de Pari-Cachoeira, uma tonelada de alimentos para as mulheres indígenas que estão passando fome, enquanto os homens estão no garimpo.

CIMI contesta acusação de que índio é ameaça

Diante das últimas declarações do governador do Estado do Amazonas, Prof. Gilberto Mestrinho, o CIMI — Conselho Indigenista Missionário vem de público declarar o seguinte:

— Ao contrário do que afirma o sr. Governador, os índios localizados no Estado do Amazonas não constituem, nem nunca constituíram, uma ameaça à sociedade nacional; são, isto sim, salvaguarda dos interesses futuros de toda a Nação brasileira.

— É de estranhar que o governador Gilberto Mestrinho, em nome de um personalismo populista, desconheça os instrumentos legais que regem o direito indígena, como por exemplo, o Estatuto do Índio, a Convenção 107 de Genebra e a própria Constituição Federal, ao tentar impedir a demarcação das terras indígenas, afirmando que "isto não acontecerá com a minha convivência". Sr. governador, acima de vossa cumplicidade estão os direitos naturais dos povos indígenas, queira ou não Vossa Excia!

— Bem sabe o Sr. governador que apenas duas reservas indígenas se encontram demarcadas em todo o Estado

(Apuriná do Km 45, em Boca do Acre, e Sateré-Mawé, em Barreirinha e Maués), perfazendo um total de 352.600 ha, o que significa 0,22% do território estadual. Este dado representa uma vergonha nacional! Neste momento em que o governo federal reconhece a dívida histórica para com os povos indígenas, pretendendo demarcar suas terras de ocupação imemorial, Sua Excia. procura confundir a opinião pública, minimizando os direitos indígenas em nome de interesses pessoais e alheios ao bem-comum amazonense, e tergiversando dados sobre a realidade indígena: desde quando, prof. Gilberto Mestrinho, 1 milhão e 832 mil ha correspondem a "quase o tamanho de Portugal"?

Os dados históricos desmentem a afirmação de que "nós vivíamos pacificamente e em perfeito entendimento com as populações indígenas do Amazonas". Somos, ao contrário, herdeiros de uma colonização que dizimou milhões de índios. O mínimo que podemos fazer como cristãos é reconhecer os erros do passado, garantindo aos povos indígenas as terras que lhes cabem por direito sagrado.